

NOTA DA FIAN BRASIL SOBRE A ATUAL CONJUNTURA POLÍTICA

A seção brasileira da FIAN, organização internacional que trabalha pelo respeito, proteção e garantia do direito à alimentação e nutrição adequadas, expressa sua mais profunda preocupação com o grave quadro de retrocesso de direitos que resultam da atual crise política e com os ataques sofridos pelas jovens instituições brasileiras, que fragilizam a democracia.

A posse de Michel Temer na Presidência da República decorre de um processo de impeachment altamente controverso e absolutamente carente de legitimidade jurídica e política.

A FIAN Brasil ressalta a importância que o Congresso Nacional teve e terá no julgamento definitivo da presidenta Dilma. Apesar de ser certo que este Congresso, em sua maioria, atua de acordo com o interesse dos setores mais conservadores da sociedade brasileira, não se pode negar que, neste momento, as últimas esperanças democráticas da sociedade estão depositadas não só nas ruas e nas lutas sociais diárias, mas também nas senadoras e senadores que julgarão o impeachment da Presidenta Dilma, primeira mulher que ocupa este cargo e que foi democraticamente eleita pela população brasileira com mais de 54 milhões de votos.

Logo nas suas primeiras horas o governo interino de Temer expediu a Medida Provisória nº 726/2016. Esta MP reduziu de 32 para 23 o número de ministérios. Em alguns casos, a extinção de órgãos implicou na junção das atribuições ministeriais de diferentes pastas, a exemplo do Ministério da Justiça e Cidadania e o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

A junção do Ministério de Desenvolvimento Social e o Ministério de Desenvolvimento Agrário representou a extinção, em poucas horas, de instituições que simbolizavam mais de uma década de amadurecimento de políticas públicas importantes. Isto foi feito sem qualquer avaliação do impacto econômico, social e político deste ato e sem que houvesse, confirmando a ilegitimidade deste governo transitório, qualquer consulta à sociedade. É importante enfatizar que estes Ministérios foram responsáveis por políticas que, apesar da necessidade de aperfeiçoamento em muitos aspectos, garantiram, por exemplo, acesso à água, à renda, ao crédito e à extensão rural para agricultores e agricultoras familiares, apoio à produção agroecológica, entre outros. Os programas implementados foram responsáveis por importantes resultados. De acordo com a FAO, o Brasil conseguiu reduzir em 58% o número de mortes de crianças desnutridas, com isso, atingiu uma das metas da Conferência Mundial de Alimentação, reduzir em 50% o número de pessoas desnutridas até 2015.

Em sentido semelhante e no que concerne aos Povos e Comunidades Tradicionais, as mudanças implementadas pela MP nº 726 atentam contra os direitos de tais grupos ao transferirem para o Ministério da Educação e Cultura a titulação de terras quilombolas, por exemplo.

É também incerto, neste momento, o prognóstico de instituições e conselhos no âmbito do Poder Executivo tais como o Conselho Nacional de Direitos Humanos, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), o Conselho de Política Indigenista, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Ainda, o primeiro time de novos ministros, todos homens e nenhum deles negro, representam a antiga elite política que por muitos anos governou o país para uma minoria. Dos 23 ministros nomeados, pelo menos cinco tiveram seus nomes ligados à Operação Lava Jato. Existe inquérito policial, cuja abertura foi aceita pelo STF (Supremo Tribunal Federal), contra o atual

ministro do Planejamento, acusado de receber propina em obras da Petrobras e da Eletronuclear¹. Outras nomeações apontam para a intensificação da criminalização dos movimentos populares e para o apoio, ainda maior, a setores responsáveis por graves violações de direitos humanos. Neste sentido, as nomeações para o Ministério da Justiça e Cidadania, cujo titular recebeu severas críticas pelo trato militar dispensado aos e às estudantes secundaristas de São Paulo² que exerceram manifestações pacíficas, ou ainda a nomeação para o Ministério da Agricultura, cujo novo mandatário recebeu, dentre outros, o “prêmio” motosserra de ouro por parte do Greenpeace³.

Somam-se a esses primeiros retrocessos diversos outros já anunciados pelo governo interino de Temer, dentre os quais se destacam o foco da agenda social na parcela 5% mais pobre da população, o que pode representar a redução dos beneficiários do Programa Bolsa Família em cerca de 36 milhões de pessoas⁴; a revisão das leis trabalhistas e da terceirização; e, finalmente, o aprofundamento do ajuste fiscal, o qual certamente recairá sobre as parcelas mais empobrecidas da população.

Também há risco de gravíssimos retrocessos no que diz respeito aos territórios e demais direitos originários dos povos indígenas, uma vez que poderão ser revistas e revogadas demarcações de Terras Indígenas encaminhadas recentemente pela administração de Dilma Rousseff⁵.

Estes atos configuram, de maneira patente, atentado ao *princípio da proibição do retrocesso social*, o qual define a obrigatoriedade da permanência do atual nível de concretização dos direitos fundamentais e impõe o desenvolvimento dessa concretização. Esse princípio está previsto em tratados internacionais de direitos humanos firmados pelo Brasil e vem sendo reiteradamente consagrado pelo Supremo Tribunal Federal⁶.

Diante das razões apresentadas, a FIAN Brasil reafirma a sua posição política ao lado dos movimentos populares e de organizações da sociedade civil que lutam contra violações e retrocessos em matéria de direitos humanos. O trabalho da FIAN Brasil continua inabalável e atento, mais do que nunca, em contraposição às forças conservadoras que impedem a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

¹ http://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/05/160512_polemica_temer_lgb

² <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=3222&tipo=acervo>

³ <http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC981966-1934,00.html>

⁴ Travessia Social – Uma ponte para o futuro. PMDB, 2016, p. 9 e 10.

⁵ <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-ppds/ruralistas-jogam-casca-de-banana-no-caminho-de-michel-temer>

⁶ A título de exemplo cita-se o julgamento do RE 763667 AgR / CE – CEARÁ. Disponível em <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/>